

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS EXERCÍCIO 2009



1 MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2009 apresentou um bom resultado para a Fundação, que conseguiu recuperar parte das perdas geradas com a crise financeira que abalou a economia mundial em 2008, iniciada no mercado imobiliário norte-americano e depois se alastrou por toda a economia levando várias instituições financeiras a decretarem falência.

A falta de opções no mercado financeiro de novos veículos de investimento é um fator preocupante, pois a partir de agora teremos que exercer mais o binômio risco-retorno. Buscar ativos com um nível de retorno aceitável, cada vez mais levará a Fundação a correr riscos maiores, quer seja de liquidez ou de crédito. Cabe aos órgãos colegiados estarem bem informados para tomarem a melhor decisão dentro das diversas variáveis que se apresentam na hora de definir no que e o quanto investir em determinado segmento de mercado.

Com a perspectiva da alta da taxa de juros, no momento aplicar em títulos públicos não é uma boa opção, além do que as taxas com vencimentos após 2015 estão com fechamento entre 6,15 a 6,30%, portanto, apresentando uma curva flat. Aplicar a essas taxas significaria dizer que a Fundação só conseguiria recursos para bancar as despesas previdenciárias e, portanto, não sobriam recursos para bancar as despesas administrativas e teria que lançar mão das suas reservas.

As instituições financeiras estão trabalhando com a perspectiva da alta da taxa de juros para 2010, entre o patamar de 9,75 a 11,25%. O referido aumento da taxa de juros já era esperado desde março/2010, o que não se concretizou, pois o COPOM – Comitê de Política Monetária manteve a taxa em 8,75%. O referido aumento deve-se a uma tendência de alta da inflação, cuja meta do governo para 2010 é de 4,5%, e o mercado já sinaliza para uma taxa de aproximadamente 5,5%.

O risco de uma inflação de demanda, causada pelo aquecimento da atividade econômica não pode ser descartado, contudo, não se pode esquecer que este é um ano político e o governo não vai querer arcar com o ônus de adotar uma medida ortodoxa de elevar muito a taxa de juros.

A alta da inflação é um fator que traz preocupação para as aplicações da Fundação, pois é um componente forte para o atingimento da meta atuarial do Plano de Benefício Definido – BD I, que é resultado da composição da taxa de juros de 6% acrescida do INPC.

A bolsa de valores para o ano de 2010, ainda mantém uma volatilidade alta de 25%, com grande oscilação de um pregão para o outro. Alguns analistas já apontam que o Ibovespa fechará o ano com 80.000 pontos, mesmo patamar previsto para 2008, quando a bolsa fechou próxima aos 38 mil pontos. Prever o que vai acontecer na economia até o final do ano é um mero exercício de futurologia.

No mercado externo, a grande incógnita é se a China manterá seu nível de crescimento entre 9 e 12%, abaixo do limite inferior poderá gerar recessão nas demais economias do mundo, acima do limite superior poderá gerar inflação por demanda. Outros fatores preocupantes são: a situação da Grécia perante o mercado europeu, o que poderá fragilizar o Euro e trazer outras economias a reboque; e se o índice de desemprego da economia norte-americana não retroceder para níveis mais baixos.

Para 2010, a Fundação tem um grande desafio: buscar investimentos que dêem rentabilidade acima da meta atuarial para os Planos BD e Misto, consolidando, assim, a sua estratégia de aumentar o patrimônio destes planos e possibilitar cada vez ganhos mais significativos para os participantes da FASCEMAR, garantindo, desta forma, o futuro destes.

A seguir listamos alguns dos principais desafios que a Fundação terá que enfrentar para continuar seu processo de modernização e crescimento sustentado:

- Revisão do Estatuto da Entidade de forma a permitir um melhor funcionamento dos colegiados que compõem a Fundação.
- Revisão do Regulamento do Plano Misto, visando criar parâmetros que o torne mais atrativo a adesão de novos colaboradores como por exemplo a ampliação das faixas de contribuição, a redução de tempos mínimos exigidos para alguns Institutos, a definição de novos percentuais de contribuição, entre outros.
- Implementar um Programa de Educação Previdenciária e Financeira aos participantes, o que envolve uma forte parceria com a área de Comunicação e de Gente da Patrocinadora.
- Implementar a Supervisão Baseada em Riscos, com o objetivo de mitigar riscos dos processos da Fundação.
- Ampliar o treinamento dos Conselheiros, Diretoria Executiva e colaboradores da FASCEMAR.
- Manualizar os processos operacionais relacionados ao sistema de gestão, de forma a racionalizá-los, bem como possibilitar uma participação maior dos colaboradores em todos os processos desenvolvidos pela Fundação.
- Reinvestir os Prêmios dos Títulos e Debêntures em ativos que rentabilizem no mínimo de acordo com a Meta Atuarial.
- Fazer estudo sobre a redução da taxa de desconto do Plano BD.
- Implantar o Perfil do Participante, criando a alternativa deste definir o nível de risco que deseja correr na aplicação dos recursos na sua conta. A implantação do Projeto dependerá da estabilidade do mercado financeiro e aprovação do Conselho Deliberativo.
- Eleição de 1/3 do Conselho Fiscal, em julho de 2010.
- Implantar o novo Plano de Contas para as Previdências Privadas.
- Certificar a Diretoria Administrativo-Financeira como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado.

2 INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Informações é o documento que tem como objetivo divulgar a todos os participantes (ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadoras) da FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, as informações necessárias ao entendimento das ações desenvolvidas pela Fundação no exercício de 2009, com os resultados obtidos na gestão dos Planos Previdenciários e na administração da Entidade, dando transparência aos administrativos realizados pela Diretoria, em consonância com os seguintes parâmetros: Política de Investimentos 2009-2013, Orçamentos Anual de Despesas e deliberações do Conselho Deliberativo da Entidade, registradas em atas de reuniões.

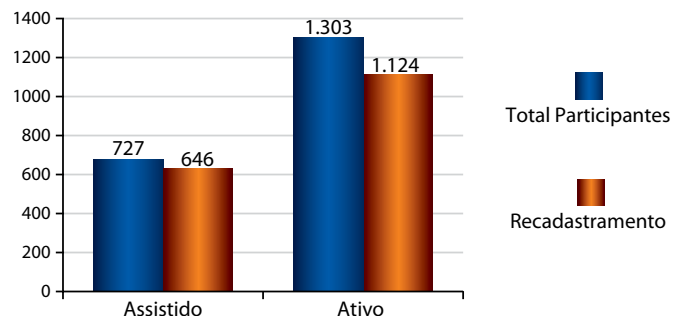
Desta forma, a FASCEMAR cumpre o que determina as Resoluções CGPC Nº 13 e 23, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 1º de outubro de 2004 e 6 de dezembro de 2006, respectivamente, que estabeleceram novos procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações a seus participantes.

3 FATOS RELEVANTES – REALIZAÇÕES

Recadastramento dos Participantes:

Como já é prática adotada pela FASCEMAR, no ano de 2009 foi realizado mais um recadastramento dos participantes, com o objetivo de manter sua base cadastral atualizada. Afinal, como todos sabemos, o cadastro correto é fundamental para concedermos e pagarmos benefícios dentro dos parâmetros definidos nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, além de possibilitar e facilitar o processo de comunicação com os mais de 2.000 (dois mil) participantes.

A seguir quadro demonstrativo do resultado do último recadastramento realizado:



Apenas 88,86% dos participantes assistidos realizaram o último recadastramento, mesmo com o alerta quanto à possibilidade de suspensão do pagamento do benefício para quem não regularizou a sua situação junto à FASCEMAR. Resultado este, que é inferior ao recadastramento ocorrido em 2007, quando 97,5% dos participantes assistidos se recadastraram.

No grupo de participantes ativos, incluídos os autopatrocinados, somente 86,26% fizeram o recadastramento, contra 90% obtido no recadastramento de 2007.

A Fundação irá manter a prática de a cada dois anos realizar o recadastramento dos seus participantes, esperando que estes entendam melhor a importância deste trabalho e tenham uma participação mais efetiva.

Realização de Auditoria de Benefício e Atuarial.

Não obstante a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através da Resolução CGPC Nº 23, de 06/12/2006, ter revogado a exigência para as Fundações realizarem auditoria atuarial e de benefícios, para verificarem a eficácia do cumprimento dos Regulamentos dos Planos e a conformidade dos pagamentos dos benefícios concedidos, a FASCEMAR entendeu que a realização da referida auditoria é uma boa prática de gestão.

A decisão da Diretoria da Fundação baseou-se no fato da última auditoria, realizada em 2003, ter apurado uma série de cálculos de resgates de reservas realizados em desacordo com o que reza o Regulamento do Plano de Benefício Definido. Tal constatação levou a atual Diretoria a promover um estudo minucioso de cada caso, com proposição de regularização das não-conformidades apontadas ao Conselho Deliberativo da FASCEMAR.

Mesmo não sendo obrigatória a citada Auditoria, a Diretoria da Fundação apresentou ao Conselho Deliberativo uma proposta de realização da mesma, com o objetivo de verificar se as não-conformidades verificadas/apontadas no relatório anterior haviam sido corrigidas, bem como para testar a observância dos Regulamentos dos dois Planos administrados pela FASCEMAR, principalmente, no que se referia ao Plano Misto por ser um plano novo e nunca ter passado por um processo de auditoria. O Conselho aprovou a contratação da ATEST Atuária e Estatística Ltda., para realizar a auditoria do período de janeiro de 2004 a dezembro de 2008.

O resultado da referida auditoria apontou algumas não-conformidades, destacando-se pagamentos a maior de resgates da reserva matemática, bem como de alguns casos do valor da pensão.

Todas as providências foram tomadas, visando eliminar as não-conformidades, envolvendo os Conselhos da Entidade, a Diretoria da Patrocinadora CEMAR e a empresa fornecedora do software.

O maior aprendizado desse trabalho foi a constatação de que se faz necessário a realização de auditoria de benefício e atuarial de forma periódica, visando garantir que os processos

da Fundação estão sendo executados corretamente e nenhum prejuízo está sendo gerado aos participantes da FASCEMAR.

- Realização de auditoria interna, visando analisar os principais processos executados na FASCEMAR, através da análise e avaliação dos controles de riscos implantados para mitigar eventuais falhas existentes, bem como propor ações com o objetivo de melhorar os controles existentes.
- Reestruturação da carteira de investimentos da FASCEMAR, com a diversificação dos investimentos através de aplicação em fundos de multimercados e fundos de renda variável, respaldada na Política de Investimento para o quinquênio 2009 a 2013, bem como seleção dos atuais gestores, com aprovação do Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo.

4 PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

Desde a sua fundação a FASCEMAR contava somente com um plano de previdência, estruturado na modalidade de benefício definido (Plano de Benefícios Definidos I - BD I), onde as flutuações das hipóteses atuariais adotadas - Tábuas de Mortalidade e vinculação ao Teto do INSS facilmente interferiam no equilíbrio financeiro da Fundação, podendo levá-la a situações de déficit atuarial. Esta situação levou a FASCEMAR, assim como a maioria das Fundações, a implantar planos mais modernos e aderentes à realidade do mercado. O Plano de Benefícios Definidos I - BD I assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Os principais benefícios complementares assegurados aos participantes são: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria especial; complementação de auxílio doença; complementação de pensão por morte; complementação de abono anual; benefício proporcional diferido; portabilidade e auxílio funeral.

O novo regulamento do plano BD I foi aprovado pela SPC em 21 de dezembro de 2005, através do Ofício nº 2.639/SPC/DETEC/CGAT.

No ano de 2005, a Administração da FASCEMAR trabalhou na elaboração de um novo plano previdenciário e na sua aprovação junto à Secretária de Previdência Complementar - SPC, o que ocorreu em 17 de novembro de 2005, através da Portaria nº 277. O novo plano Vida Flex - Plano Misto de Benefícios I ("Plano Misto") é do tipo contribuição definida e foi efetivamente implementado em maio de 2006. Os principais benefícios complementares assegurados aos participantes do Plano Misto são: benefício de aposentadoria normal; benefício de incapacidade para o trabalho; benefício proporcional diferido; portabilidade; benefício por morte de participante ativo e benefício por morte de participante assistido.

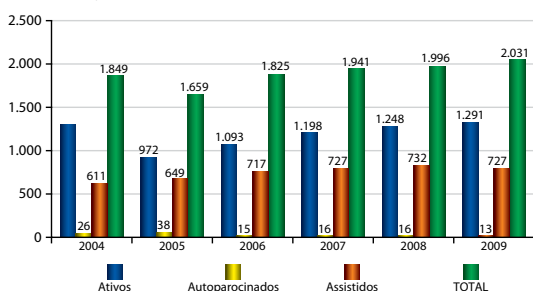
O Plano BD I está fechado a novas inscrições desde 21 de dezembro de 2005, permanecendo neste os participantes assistidos e os ativos que não fizeram a transferência para o Plano Misto.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1.172, de 6 de junho de 2007 e publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 8 de junho de 2007, seção 1, o novo regulamento do Plano Misto de Benefícios, cujos principais ajustes referem-se aos institutos de resgate, portabilidade, benefício proporcional diferido e autopatrocínio.

5 PRINCIPAIS NÚMEROS DA FASCEMAR

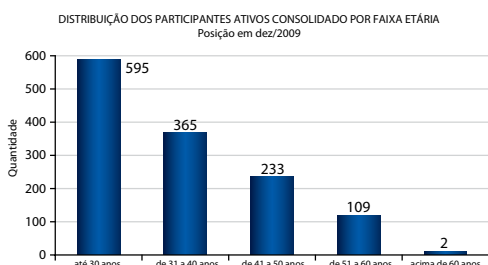
5.1 PARTICIPANTES – EVOLUÇÃO

A FASCEMAR administra dois Planos Previdenciários, sendo um Plano de Benefícios Definidos e um Plano Misto de Benefícios I. Em 31 de dezembro de 2009, os dois planos acumulavam um total de 2.031 participantes (1.996 em 2008), apresentando um crescimento de 1,8% em relação a 2008, o que demonstra a eficácia da parceria existente entre a Fundação e a área de Gente da CEMAR, através da participação da entidade nas reuniões de integração da patrocinadora quando da admissão de novos colaboradores. Do total de colaboradores da CEMAR (1.319 em 31/12/2009), cerca de 97,9% são participantes da FASCEMAR.

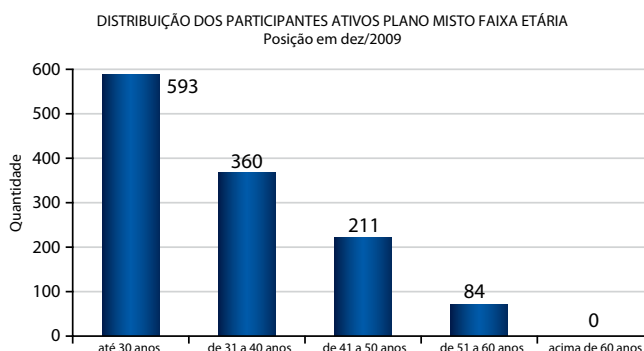
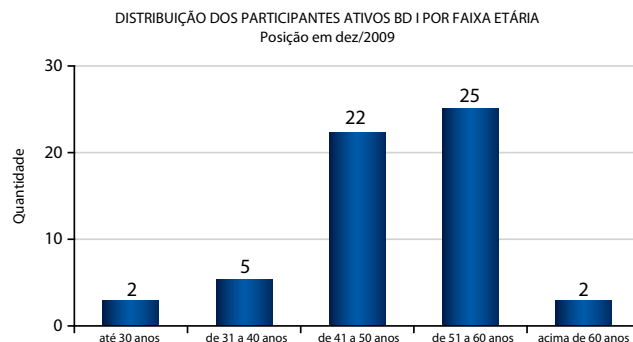


A maior concentração de participantes ativos está no Plano Misto com 1.248 participantes que representa 95% do total de participantes do referido Plano, enquanto no Plano de Benefícios Definidos a concentração está localizada nos participantes assistidos com 662, representando 92,2% do total do Plano BD I. Esse fato ocorre em função do Plano Misto, implantado em maio de 2006, ser um plano em formação, portanto, em fase de acumulação de renda, enquanto que o Plano BDI (fechado a novas adesões em dezembro de 2005) ser um plano pagador.

No gráfico a seguir, verifica-se que da massa total de participantes ativos (1.304) a maior concentração localiza-se na faixa até 30 anos, com 45,6% do total dos participantes, sendo mínima a concentração de participantes com idade acima de 60 anos.



Segregando a massa de participantes ativos dos dois planos, verifica-se que no Plano BD I a maior concentração está localizada entre as faixas de 51 a 60 anos, enquanto que no Plano Misto a concentração encontra-se na faixa de até 30 anos. Este resultado é em razão do perfil da massa de participantes ativos do Plano Misto (1.248) ser composta basicamente por novos colaboradores da Patrocinadora, enquanto o Plano BD I apresenta apenas 56 participantes ativos, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:



5.2 RECEITAS

As receitas do exercício de 2009 totalizaram R\$ 7,3 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões referentes a receitas previdenciárias, dos quais R\$ 1,7 milhões aportados pelos participantes e R\$ 1,7 milhões pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas representaram R\$ 2,9 milhões, decorrente de contrato firmado entre a FASCEMAR e a CEMAR, em 20 de março de 2001, a ser pago em 168 parcelas atualizadas pela meta atuarial ou 102% do CDI.

RECEITAS	2008	2009
Previdenciárias	6.888	6.267
- Correntes	2.935	3.381
- Remuneração das Contribuições em Atraso	-	-
- Contribuições Contratadas	3.953	2.886
Outros Recursos	-	-
Aluguéis	883	387
Empréstimos a Participantes	668	618
TOTAL	7.939	7.272

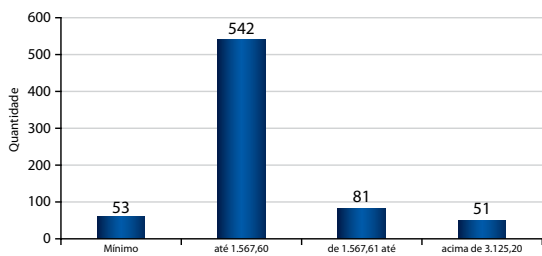
5.3 BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2009, na soma dos dois planos que a FASCEMAR administra, foram pagos R\$ 9,8 milhões em benefícios a um total de 727 participantes assistidos, dos quais R\$ 9,2 milhões foram destinados ao pagamento de benefícios de renda continuada e R\$ 678 mil destinados aos resgates de contribuições aos participantes desligados de uma das Patrocinadoras que fizeram a opção por um dos estatutos, representando, respectivamente, 93,1% e 6,9% do total dos benefícios concedidos no exercício.

DESPESAS	2008	2009
Benefício de Prestação Continuada	8.847	9.195
- Aposentadoria	7.732	7.943
- Pensões	1.115	1.252
Benefícios de Pagamento Único	1.200	678
- Aposentadoria	131	13
- Restrição de Poupança	1.066	663
- Auxílio Funeral	3	2
TOTAL	10.047	9.873

O gráfico a seguir demonstra a distribuição de benefícios pagos nos Planos de Benefícios, por faixa de renda, apurados em 31 de dezembro de 2009, onde se pode constatar que a concentração das concessões está localizada na faixa de renda até R\$ 1.567,60, representando 74,6% dos beneficiários, seguida de 11,1% de beneficiários na faixa de R\$ 1.567,61 até R\$ 3.125,20.

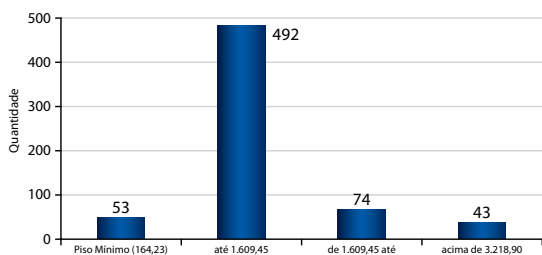
COMPLEMENTAÇÕES, PENSÕES E RENDAS POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO
Posição em dez/2009



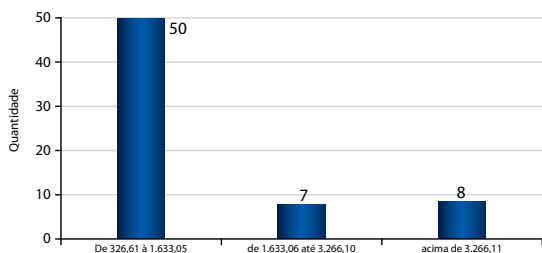
Nota: O valor mínimo refere-se ao piso (UMB) previsto no Plano BD e a (URF) previsto para o Plano Misto.

Quando a distribuição é segregada por Plano de Benefício, verifica-se que tanto no Plano BD quanto no Plano Misto a concentração dos benefícios é bem próxima à verificada no consolidado dos planos, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

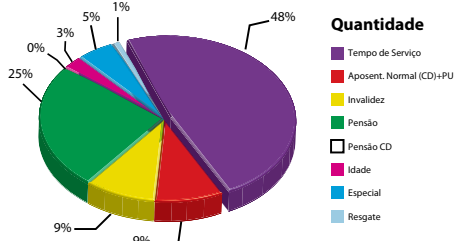
COMPLEMENTAÇÕES E PENSÕES PLANO BD I POR FAIXA ETÁRIA
Posição em dez/2009



RENDA PROGRAMADA PLANO MISTO POR FAIXA ETÁRIA
Posição em dez/2009



Com relação a quantidade de concessão de Benefícios por tipo de benefício, verifica-se que a concentração está localizada na aposentadoria por tempo de serviço, representando 48,0% dos benefícios, seguida de 25,0% dos benefícios com pensão.



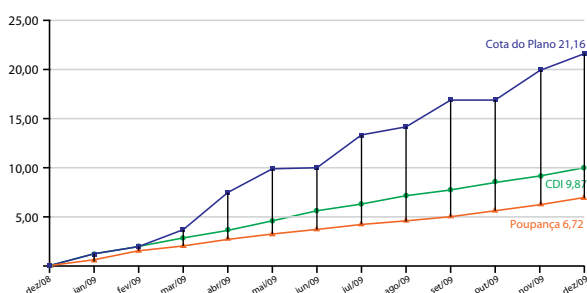
5.4 EVOLUÇÃO DA COTA DO PLANO MISTO

A partir de novembro de 2008, a rentabilidade da Cota do Plano Misto de Benefícios vem apresentando recuperação das perdas do período de maio a outubro/2008, em função do desempenho da bolsa.

Desde julho de 2009, a cota retomou uma tendência de valorização, beneficiada pelos sinais de recuperação da economia global e pela alta do preço de algumas das principais commodities, como o petróleo.

O índice IBOVESPA fechou o ano de 2009 com valorização superior a 80%, com 68.588 pontos. O ganho ocorreu após a retomada da economia a partir de meados do ano que incentivou fortemente a entrada de recursos de investidores internacionais. Um ano antes, o Ibovespa havia encerrado a 37.550 pontos, acumulando perda superior a 40%, no pior desempenho anual desde 1972.

PLANO MISTO
Desempenho Janeiro Dezembro/2009(%)



5.5 DESPESAS

Em 2009, as despesas com o custeio da Fundação foram da ordem de R\$ 2.319 mil, com uma redução de 13,6% do previsto no orçamento (R\$2.685 mil). Comparando-se a média mensal de despesas com o ano anterior, verifica-se um aumento de 10,6%, em decorrência de reajustes dos contratos e salários, na ordem de 4,11% (inflação média do período), bem como dos gastos com consultoria jurídica e custas judiciais.

2004	R\$ 348,6
2005	R\$ 195,4
2006	R\$ 142,2
2007	R\$ 154,3
2008	R\$ 174,8
2009	R\$ 193,3

Média mensal em R\$ mil

A seguir demonstrativo dos custos incorridos, nos exercício de 2008 e 2009, por plano de benefício.

Custos Incorridos	2008			2009		
	Consolidado	BDI	MISTO	Consolidado	BDI	MISTO
Despesas	2.104	1.434	670	2.319	1.483	836
Despesas Previdenciárias	490	97	393	585	65	520
Pessoal	183	37	146	561	40	321
Outras Despesa Pessoal	43	8	35	17	2	15
Serviços de Terceiros	152	30	122	126	14	112
Impostos e Taxas	25	5	20	26	3	23
Despesas Administrativas	73	14	59	42	5	37
Depreciação e Amortização	14	3	11	13	1	12
Despesas de Investimentos	1.614	1.337	277	1.734	1.418	316
Pessoal	935	776	159	879	712	167
Outras Despesa Pessoal	62	51	11	49	42	7
Serviços de Terceiros	428	354	74	563	465	98
Impostos e Taxas	88	73	15	93	76	17
Despesas Administrativas	85	70	15	134	110	24
Depreciação e Amortização	16	13	3	16	13	3

6 INVESTIMENTO

6.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Elaborada para um período de cinco anos e revista anualmente, para os dois Planos de Benefícios, obrigatoriamente é divulgada aos seus participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, a Política de Investimento apresenta diversas informações importantes, entre elas:

- Requisitos de governança dos dirigentes da FASCEMAR;
- Resumo do Código de Ética;
- Os critérios para seleção, contratação e avaliação dos consultores de investimento, agentes custodiantes e gestores externos de investimento;
- Os critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes;
- Os limites utilizados para investimento em títulos e valores mobiliários;
- Os objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- Avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo.

A Política de Investimento representa, para o participante, a segurança dos investimentos e a possibilidade de acompanhar com proximidade e clareza o desempenho das aplicações dentro dos parâmetros estabelecidos.

Semestralmente, o Conselho Fiscal elabora relatório de controles internos onde é verificada a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimento; recomendações a respeito de eventuais deficiências, bem como a manifestação dos responsáveis quanto às medidas adotadas para sanar as não conformidades apontadas nos relatórios anteriores.

Limites de Alocação por Segmento e Carteiras

Plano BD I

Segmento de Aplicação	Benchmark	Alocação Objetivo	Limite Legal	Política de Investimentos	
				Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	INPC + 6,5% ao ano	93,34%	100,00%	70,00%	100,00%
Carteira ALM hedge	INPC + 6,5% ao ano	93,34%	N/A	70,00%	100,00%
Renda Variável	Ibovespa	2,33%	70,00%	0,00%	7,00%
Investimentos estruturados	IFM	0,00%	20,00%	0,00%	3,00%
Fundos multimercados não-institucionais	IFM	0,00%	10,00%	0,00%	3,00%
Investimentos no exterior	IFM	0,00%	10,00%	0,00%	3,00%
Imóveis	INPC + 6% ao ano	2,68%	8,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	INPC + 6% ao ano	1,65%	15,00%	0,00%	15,00%
Risco de Mercado Plano BD I				Limite de Var	Horizonte de Tempo
Carteira ALM hedge				0,8%	21 dias

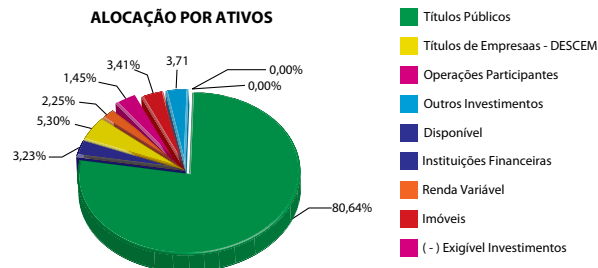
Plano Misto

Segmento de Aplicação	Benchmark	Alocação Objetivo	Limite Legal	Política de Investimentos	
				Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa		71,16%	100,00%	50,00%	95,00%
Fundos de Créditos Abertos	CDI + 1,6%				
Carteira Títulos Públicos - hedge	IMA - B				
Fundos Multimercados Institucionais	IFM - I				
Renda Variável		22,82%	70,00%	5,00%	35,00%
Fundo de Investimentos em Ações Passivos	Ibovespa	22,82%		5,00%	35,00%
Fundo de Investimentos em Ações Ativas	Ibovespa + 10% ao ano				
Investimentos estruturados	IFM	0,00%	20,00%	0,00%	3,00%
Fundos multimercados não-institucionais	IFM	0,00%	10,00%	0,00%	3,00%
Investimentos no exterior	IFM	0,00%	10,00%	0,00%	3,00%
Imóveis	INPC + 6% ao ano	0,00%	8,00%	0,00%	5,00%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% ao ano	6,02%	15,00%	0,00%	15,00%
Plano BD I				Limite de Var	Horizonte de Tempo
Multimercados Institucionais				1% B-VaR sobre IFM	21 dias
Ibovespa Passivo				4% B-VaR sobre Ibovespa	21 dias
Ibovespa Ativo				6% B-VaR sobre Ibovespa	21 dias

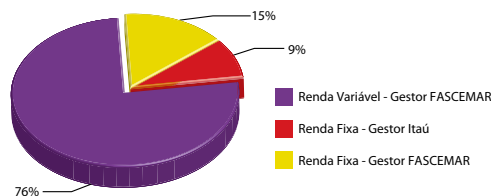
6.2 GESTÃO DE RECURSOS

Os investimentos mobiliários da Fundação estão distribuídos em carteira própria e carteira terceirizada, tendo como Custodiante o Banco Itaú. O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos recursos garantidores por ativo e por segmento.

ALOCAÇÃO POR ATIVOS



PERCENTUAL POR SEGMENTO



6.3 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira global de investimentos da Fundação fechou com R\$ 119,3 milhões contra R\$ 107,7 milhões em 2008, representando um crescimento de 10,7%.

Os recursos da Fundação estão alocados em ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis, Operações com Participantes e Outros Investimentos, conforme demonstrado a seguir:

Ativos	2009		2008	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Disponível	33	0,0	20	0,0
Renda Fixa	98.899	82,9	92.115	85,5
Renda Variável	9.533	8,0	5.341	5,0
Carteira Imobiliário	3.049	2,6	3.767	3,5
Carteira Empréstimo	4.491	3,8	3.217	3,0
Outros Investimentos	3.315	2,8	3.287	3,1
Recurso Garantidor	119.320	100,0	107.747	100,00

Em maio/2009, a FASCEMAR concluiu a implementação da estratégia para realocação de recursos oriundos dos CDB do Unibanco (vencido em abril/2009), dos recursos liberados do Fundo GEMS e da liquidação do Fundo Small Caps, aprovada pelo Conselho Deliberativo (Ata CI nº 011/ 2009 e Ata CD nº 080/2009), bem como a venda das ações da CEMAR e aplicação dos juros das NTN-B, conforme relacionados a seguir:

- CDB do Banco Votorantim: aquisição no valor de R\$3 milhões no Plano Misto com recursos oriundos do Fundo Perfil, que ora rentabilizava recursos do CDB do Unibanco, vencido em abril e somente aplicado neste ativo em maio a uma taxa de 106,20% do CDI, pelo prazo de 360 dias, sem liquidez;
- Os recursos do encerramento do Fundo Bradesco Small Caps foram aplicados no Fundo UBS Pactual Dinâmico FIA no valor de R\$ 475 mil no Plano Misto;
- Venda de Ações da CEMAR no valor de R\$ 111 mil, com valor líquido recebido de R\$ 99.685,14, que foi aplicado no Fundo UBS Pactual Dinâmico FIA, no Plano BD;
- Aplicação no Perfil no valor de R\$ 1,2 milhões com recursos oriundos de recebimento de juros das NTNs-B, no Plano BD (aguardando leilão do Tesouro Nacional para realocação em NTN-B com vencimento em 2045).

Em junho de 2009, foram reaplicados R\$ 1,5 milhões oriundos do pagamento de juros e bônus de NTN-B na compra de 850 NTN-B com vencimento em 2045, a taxa de 6,40%.

Em outubro de 2009, a FASCEMAR implantou a estratégia para realocação de R\$ 6,1 milhões oriundos da aplicação em títulos privados do Bradesco (CDB) definida pelo Comitê de Investimento e aprovada pelo Conselho Deliberativo (Ata CI nº 14 e Atas CD nº 92 e 93), conforme a seguir:

- Aplicação no Fundo HSBC FIC FI Multimercado Multifundos, no valor de R\$ 4,7 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões no Plano BDI e R\$ 1,9 milhões no Plano Misto.
- Aplicação de R\$ 1,4 milhões na aquisição de 750 NTN-B, com vencimento em 2015, a taxa de 6,64%, com marcação a mercado, alocadas no Plano Misto.

6.4 ALOCAÇÃO POR ATIVO

6.4.1 Renda Fixa

No exercício de 2009, a alocação de recursos da FASCEMAR continuou concentrada em renda fixa com R\$ 98,9 milhões, (82,9% dos investimentos globais), representados pelos ativos: Títulos Públicos (NTN-B e NTN-C), que garantem os recursos para o pagamento dos benefícios aos Assistidos do Plano BD I, Fundos de Multimercado e Debêntures da CEMAR.

Com base no estudo de ALM estratégico elaborado pela Risk Office (Consultora de Investimento), foi realizada a aquisição de Títulos do Tesouro Nacional – NTN com vencimento em 2035, utilizando-se os recursos oriundos dos prêmios destes ativos e realocação de ativos com baixa rentabilidade, garantindo, assim, o casamento do passivo atuarial do Plano BD I com o ativo atuarial.

Ativos	2009		2008	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Fundo HSBC FICMM MULTI	10.326	10,4	5.251	5,7
Fundo FIF Perfil – Banco Itaú	331	0,3	3.976	4,3
NTN – B – Banco Itaú	69.300	70,1	56.656	61,5
NTN – C – Banco Itaú	6.765	6,8	6.814	7,4
Debêntures CEMAR	4.734	4,8	4.814	5,2
CDB – Bradesco	0	0	6.847	7,4
CDB – Unibanco	0	0	817	0,9
CDB – Unibanco	0	0	6.940	7,5
CDB – Safra	4.253	4,3	0	0
CDB – Votorantin	3.180	3,2	0	0
Total Renda Fixa	98.889	100,00	92.115	100,00

6.4.2 Renda Variável

No segmento de renda variável, o investimento é de R\$ 9,5 milhões, representando 8,0% dos Recursos Garantidores, aplicados nos Fundos de Ações Itaú Governança Corporativa (Plano Misto), Fundo Itaú RPI Ações Ibovespa FICFI (Planos BD e Misto) e UBS Pactual Dinâmico, Fundo de Investimento Multimercado GEMS Low Vol Longo Prazo – Investimento no Exterior (Plano Misto e BD).

Ativos	2009		2008	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Ações CEMAR ON - FASCEMAR	0	0,0	106	2,0
RPI Itaú ações - FASCEMAR	6.269	65,8	2.886	54,0
GEMS LOW FI MM HSBC - FASCEMAR	263	12,8	808	15,1
Itaú Gov Corp A FIA	768	8,1	413	7,7
UBS PACTUAL DIN FIA	2.233	23,4	734	13,7
Bradesco Fia Ações SM - FASCEMAR	0	0,0	394	7,4
Total Renda Variável	9.533	100,00	5.341	100,00

6.4.3 Imóveis

O segmento de imóvel conta com o valor de R\$ 3,0 milhões participando com 2,6% do total dos investimentos. Na segregação dos ativos a totalidade dos recursos foi alocada no Plano BD I.

Os investimentos estão registrados a custo de aquisição ou construção ajustada periodicamente mediante processo de reavaliações realizadas por empresas especializadas, trazendo-os a preços de mercado.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.121, que determina a cada 3 (três) anos a Fundação reavaliar seus imóveis, no exercício de 2009 foi realizada a reavaliação das Salas Comerciais do Edifício Santos Dumont, gerando um resultado positivo de R\$ 193 mil, representando uma valorização de 7,7%.

O quadro a seguir representa a movimentação na carteira de imóveis no exercício de 2009:

Ativos	2009		2008	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Açailândia	306	10,0	310	8,2
Porto Franco	70	2,3	70	1,9
Santos Dumont	2.673	87,7	2.402	63,8
A Receber Vendas	0	-	985	26,1
Total Imóveis	3.049	100,00	3.767	100,00

6.4.4 Operações com Participantes

As Operações com Participantes (ativos e assistidos) são representadas pela modalidade de "Empréstimos Simples", nos termos das normas estatutárias e regulamentares.

Em março de 2009, o Conselho Deliberativo aprovou proposta para alteração nas regras de concessão de empréstimo, cujos ajustes principais estão elencados a seguir:

- Redução da taxa de juros de 0,90% para 0,75% ao mês + INPC;
- Redução da taxa de administração de 1% para 0,50%;
- Valor máximo do empréstimo a ser concedido será de até 70% da reserva de poupança (Plano de Benefícios Definidos) ou 70% do Saldo em Conta do Participante (Plano Misto de Benefícios), com teto máximo de cinco salários nominais, limitado à margem consignável do participante.

No exercício de 2009, o saldo de empréstimos concedidos totalizou **R\$4,5 milhões** (R\$3,2 milhões em 2008), representando um acréscimo de 40,6%, em relação ao exercício anterior. Apesar do crescimento apresentado, a participação desse segmento no total dos investimentos (3,8%), ainda vem se mostrando muito tímida em relação ao limite definido na Política de Investimentos (15%) e a outros segmentos da Fundação.

6.4.5 Outros Investimentos

A **FASCEMAR** possui depósitos judiciais efetuados na Caixa Econômica Federal, referentes às questões de imunidade tributária sobre os rendimentos de aplicações financeiras, no valor de **R\$ 3,3 milhões**, os quais são atualizados pela TR.

A Fundação entrou com ação solicitando a liberação desse valor. Essa demanda já foi analisada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo o pedido rejeitado judicialmente e reconhecido a constitucionalidade da cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, por entenderem que não há a decadência, constituindo-se os depósitos judiciais em auto lançamento. A FASCEMAR interpôs embargos de declaração junto ao STJ, pendente de apreciação.

Diante do exposto, os assessores jurídicos da Fundação mudaram a classificação de risco de perda nessa ação de possível para provável. Como resultado, em 26 de junho de 2009, com base na melhor estimativa da Administração e do Conselho Deliberativo da FASCEMAR, foi iniciado o processo de constituição mensal da provisão, que resultou no montante total de R\$ 3.314, correspondente a 100% sobre o valor da ação, atualizado até 31 de dezembro 2009.

7 RENTABILIDADE

No exercício de 2009, os investimentos da **FASCEMAR** geraram uma receita líquida de R\$ 15,8 milhões, com rentabilidade acumulada de 14,8%, superando a meta atuarial em 42,5% e o CDI em 49,3%.

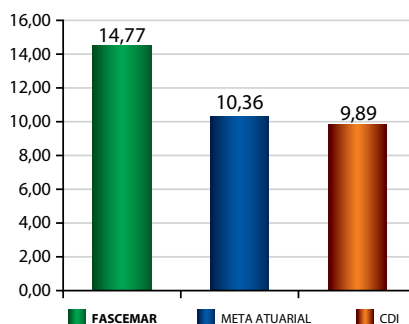
A rentabilidade nominal acumulada pela FASCEMAR no ano foi de 12,5% no plano BDI, o que significou um rendimento 20,5% acima da meta estabelecida para o período, estimada em 10,4% (INPC + 6%).

No Plano Misto a rentabilidade nominal acumulada no período de janeiro a dezembro/2009 foi de 22,8%, o que significou um rendimento 137,5% acima da meta de investimento estimada em 9,6% para o mesmo período.

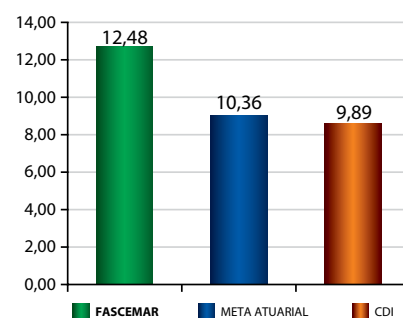
Analisando-se a situação da FASCEMAR com o atual cenário econômico podemos afirmar que a Fundação está bem.

O Plano BDI administrado pela Fundação, após a realização de estudo atuarial e, tendo como base os investimentos realizados no passado, teve condições de manter o nível máximo da meta atuarial (INPC + 6% ao ano); já implantou a Tábua de Mortalidade AT 2000, aderente à massa de participantes ativos e assistidos. Ao longo do exercício de 2009 foram realizadas realocações dos juros e bônus das NTN's em NTN-B com vencimento em 2035, a taxas acima da meta atuarial.

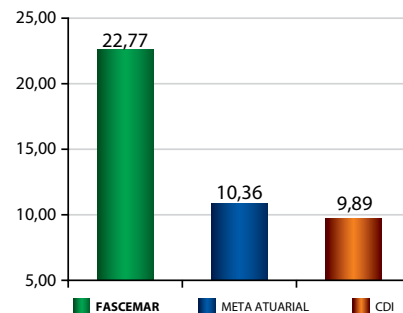
A seguir, demonstrativo da rentabilidade global da FASCEMAR comparada com a Meta Atuarial e o CDI.



Rentabilidade do Plano BD I



Rentabilidade do Plano Misto



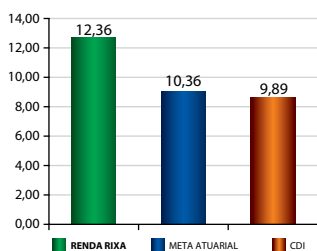
No quadro a seguir está demonstrada a rentabilidade dos investimentos da FASCEMAR nos exercícios de 2008 e 2009. Em 2009, com exceção do segmento Outros Investimentos, os demais apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial e do CDI do período.

RENTABILIDADE	2009	2008
Renda Variável	76,41	-40,26
Renda Fixa	12,36	13,74
Imóveis	14,25	15,08
Operações com Participantes	18,35	21,53
Outros Investimentos	0,83	1,53
Global	14,77	9,15
Meta Atuarial (INPC+6%)	10,36	12,87
Ibovespa (Fechamento)	82,64	-41,31
CDI	9,89	12,43

7.1 RENDA FIXA

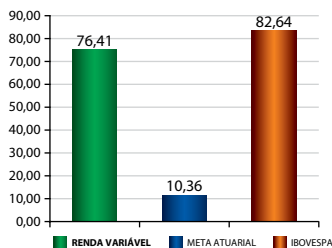
Em 2009, os investimentos da FASCEMAR no segmento de Renda Fixa apresentaram rentabilidade de 12,36%, desempenho acima da meta atuarial que acumulou alta de 10,36%. Esse resultado ainda ficou acima de alguns dos principais índices do mercado de renda fixa, como o CDI e a SELIC, que fecharam o ano em 9,89% e 9,92%, respectivamente.

A boa performance em renda fixa é resultado da alocação da FASCEMAR em títulos atrelados à inflação. Ao longo de 2009, a entidade manteve, em média, 58,1% de seus recursos garantidores aplicados em Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), indexadas ao IPCA, e aproximadamente 5,7% dos recursos em Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C), indexadas ao IGP-M.



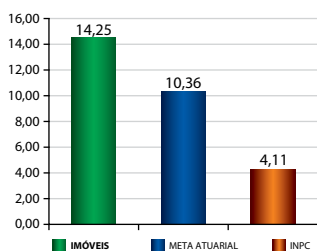
7.2 RENDA VARIÁVEL

No segmento de Renda Variável, a FASCEMAR apresentou rentabilidade de 76,4%, ficando 7,5% abaixo do Ibovespa que apresentou resultado de 82,6%.



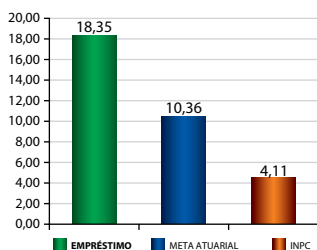
7.3 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A rentabilidade desse segmento de 14,3 % superou a meta atuarial em 37,5%.



7.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

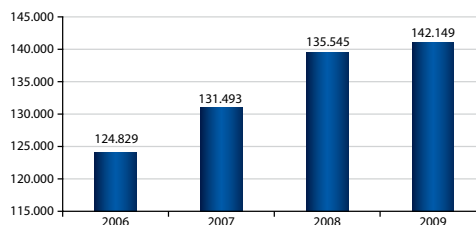
A rentabilidade desse segmento de 18,4 % superou a meta atuarial em 77,1%.



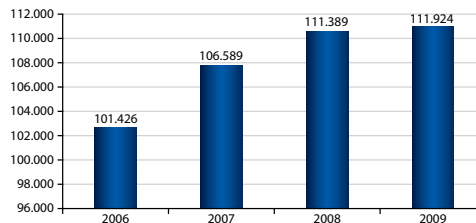
8 PATRIMÔNIO

O crescimento Patrimônio Líquido em 2009 de 4,8% (3,1% em 2008), é resultante dos diversos movimentos feitos pela Fundação, alongamento dos Títulos do Tesouro Nacional, venda de ativos imobiliários com baixa rentabilidade e aplicação em Fundos de Investimento com melhor performance. Estas ações propiciaram a Fundação pagar os benefícios, realizar as despesas administrativas e obter crescimento do patrimônio.

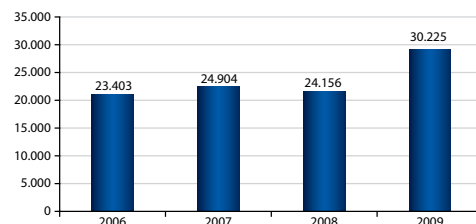
Consolidado



Plano BD I



Plano Misto



9 SUPERÁVIT

Em setembro de 1992, a FASCEMAR propôs Ação Declaratória de Inexistência de Relação Tributária contra a União, visando o reconhecimento da imunidade tributária das entidades de previdência privada em relação à cobrança de imposto de renda e obteve uma liminar garantindo o direito de depositar em juízo o tributo questionado. Desde então a Fundação depositou mensalmente os valores de imposto de renda.

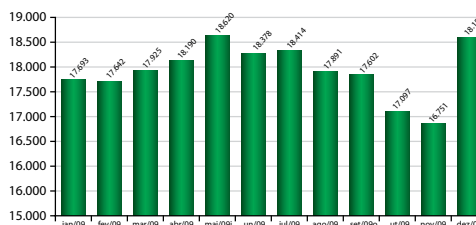
O imposto devido até 1996 não foi recolhido, pois a Fundação acredita que o mesmo já prescreveu, portanto não sendo devido. Nesse sentido, a Fundação solicitou a liberação dos valores depositados em juízo, que atualizado até 31 de dezembro 2009 representa o montante de R\$ 3.314 mil (R\$ 3.287 mil, em 31 de dezembro 2008).

Essa demanda foi analisada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo o pedido rejeitado judicialmente e reconhecido a constitucionalidade da cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, por entenderem que não há a decadência, constituindo-se os depósitos judiciais em autolancamento. A FASCEMAR interpôs embargos de declaração junto ao STJ, pendente de apreciação.

Diante do exposto, os assessores jurídicos da Fundação mudaram a classificação de risco de perda nessa ação de possível para provável. Como resultado, em 26 de junho de 2009, com base na melhor estimativa da Administração e do Conselho Deliberativo da FASCEMAR, foi constituído no período de junho a dezembro provisão até o montante de R\$ 3.314, correspondente a 100% sobre o valor da ação, atualizado até 31 de dezembro 2009.

Este provisionamento impactou o resultado do plano no período de junho a novembro/2009, com uma redução de superávit da ordem de 10,04%.

No mês de dezembro/2009 foi encaminhado ao Atuário da FASCEMAR as informações para a reavaliação anual (base: novembro/2009), o resultado do trabalho elevou o superávit para R\$ 18,1 milhões, o que representou uma recomposição de 75% das perdas provocadas pelo provisionamento realizado, comparado a maio/2009, mês em que o superávit atingiu o seu maior valor. Comparando-se dezembro de 2009 com dezembro de 2008 o crescimento do Superávit ficou em 3,6%.



10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Estes demonstrativos são elaborados, anualmente, de acordo com a Resolução CGPC nº 05, de 30/01/2002, que regula os procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e são submetidos à apreciação e aprovação dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação. Para efeito de acompanhamento pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, a FASCEMAR, por força de lei envia, mensalmente, o balancete contábil àquela Secretaria.

As demonstrações financeiras e contábeis consolidadas e por Plano de Benefícios contêm os seguintes documentos:

- Balanço Patrimonial comparativo com o exercício anterior;
- Demonstrações de Resultados, comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrações de Fluxos Financeiros, comparativa com o exercício anterior;
- Notas Explicativas
- Parecer dos Auditores Independentes.

10.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Disponível	33	20	Exigível operacional	-	199
Realizável			Programa previdencial	531	295
Programa previdencial	26.415	28.191	Programa administrativo	-	-
			Programa de investimentos	-	-
Programa administrativo	211	57		531	494
Programa de investimentos			Exigível contábil		
Renda fixa	98.899	92.115	Programa previdencial	-	-
Renda variável	9.533	5.341	Programa administrativo	40	40
Investimentos imobiliários	3.049	3.767	Programa de investimentos	3.314	-
Operações com participantes	4.491	3.218		3.354	40
Outros realizáveis	3.314	3.287			
	119.286	107.728	Exigível atuarial		
Permanente			Provisões matemáticas	101.231	99.736
Imobilizado	88	82	Benefícios concedidos	24.016	19.071
			Benefícios a conceder	(1.724)	(1.685)
			(-) Reservas matemáticas a constituir		
				123.523	117.722
			Reservas e fundos		
			Equilíbrio técnico		
			Resultados realizados	18.111	17.480
			Superávit técnico acumulado		
			Fundos		
			Programa previdencial	284	93
			Programa administrativo	182	215
			Programa de investimentos	48	34
				514	342
Total do ativo	146.033	136.078	Total do passivo	146.033	136.078

10.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO

	2009	2008
Programa previdencial		
Recursos coletados	6.769	7.078
Recursos utilizados	(10.375)	(10.710)
Constituição (reversão) de contingência	-	420
Custeio administrativo	(542)	(444)
Resultados dos investimentos previdenciais	10.771	7.775
Constituição de provisões atuariais	(5.801)	(1.774)
Constituição de fundos	(191)	(16)
Superávit técnico do período	631	2.329
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	2.276	2.057
Receitas	10	2
Despesas	(2.319)	(2.104)
Constituição (reversão) de fundos	(33)	(45)
Programa de investimentos		
Renda fixa	10.456	11.480
Renda variável	4.096	(3.514)
Investimentos imobiliários	701	729
Operações com participantes	552	594
Outros investimentos	27	77
Constituições de contingências	(3.314)	-
Custeio administrativo	(1.734)	(1.614)
Resultados transferidos para outros programas	(10.771)	(7.775)
Constituição (reversão) de fundos	13	(23)

10.3 BALANÇO – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS BDI

Demonstração Patrimonial					
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível	3	-	Contas a Pagar	516	490
Contas a Receber	26.371	28.216	Valores em Litígios	3.343	29
Aplicações			Compromissos com participantes e Assistidos	93.772	93.864
Renda fixa	79.654	74.574	Fundos	41	45
Renda variável	2.011	1.104	Equilíbrio técnico		
Investimentos imobiliários	3.049	3.767	Resultados realizados	18.111	17.480
Operações com participantes	1.296	952	Superávit técnico acumulado		
Outros realizáveis	3.314	3.287			
	89.324	83.684	Total do passivo	115.783	111.908
Bens de Uso Próprio	85	8			
Total do ativo	115.783	111.908			

10.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS BDI

Demonstração de Resultado			
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	
(+) Contribuições	3.247	4.255	
(-) Benefícios	8.244	8.490	
(+/-) Rendimentos das Aplicações	10.318	10.046	
(-) Recursos Líquidos	5.321	5.811	
(-) Despesas com Administração	1.472	1.431	
(-/-) Formação (Utilização) dos Valores em Litígio	3.314	(420)	
(-/-) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(92)	2.551	
(-/-) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	(4)	(80)	
(=) Superávit (Deficit) Técnico do Exercício	631	2.329	

10.5 BALANÇO – PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Demonstração Patrimonial					
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível	31	20	Contas a Pagar	15	4
Contas a Receber	255	33	Valores em Litígios	11	11
Aplicações			Compromissos com participantes e Assistidos	29.752	23.859
Renda fixa	19.245	17.541	Fundos	473	297
Renda variável	7.522	4.237	Equilíbrio técnico		
Investimentos imobiliários	-	-	Resultados realizados	-	-
Operações com participantes	3.195	2.266	Superávit técnico acumulado	-	-
Outros realizáveis	-	-			
	29.962	24.044	Total do passivo	30.251	24.171
Bens de Uso Próprio	3	74			
Total do ativo	30.251	24.171			

11.6 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS- PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Demonstração de Resultado		
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) Contribuições	3.522	2.823
(-) Benefícios	2.131	2.219
(+/-) Rendimentos das Aplicações	5.514	(681)
(-) Recursos Líquidos	6.905	(77)
(-) Despesas com Administração	836	671
(-/-) Formação (Utilização) dos Valores em Litígio	-	-
(-/-) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	5.893	(776)
(-/-) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	176	28
(=) Superávit (Deficit) Técnico do Exercício	-	-

10.7 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Examinamos o balanço patrimonial da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar levantado em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações de resultados e dos fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Os procedimentos de auditoria aplicados nos exames das demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo foram planejados e executados considerando a posição consolidada dos diversos planos de benefícios e, portanto, não contemplam um exame individual de cada plano.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações e as modificações na sua posição financeira, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As obrigações decorrentes do Plano de Benefício Definido I – BD I e do Plano Misto de Benefícios I são de responsabilidade exclusiva de seus patrocinadores e seus participantes, não havendo, portanto, solidariedade entre os respectivos planos. Dessa forma, as patrocinadoras, os participantes e os beneficiários não respondem solidariamente pelas obrigações consolidadas apresentadas pela Fundação.

São Luis, 13 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes

João Alberto da Silva Neto

CRC-SP-14.428/O-6“S”-M

Contadora CRC-1RS048980/O-0-MA

10.8 PARECER DA ATUARIAL – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO BDI

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (BDI) vigente na FASCEMAR, avaliada utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes/métodos de financiamento atuarial adotados no exercício anterior, porém com os aumentos estabelecidos em relação às contribuições vigentes em 31/12/2009 (contribuição normal dos participantes/assistidos, contribuição normal patronal paritária com a dos participantes não assistidos e contribuição patronal suplementar), para vigorarem a partir de março de 2010, de forma a que não seja utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência na forma estabelecida pela Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 (DOU de 31/12/2008), apresentou, em 31/12/2009, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 18.151.910,54, equivalente a 16,22% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 111.924.194,54.

Nota: Se fossem mantidas as contribuições normais dos participantes/assistidos e da Patrocinadora e a contribuição suplementar patronal vigentes até 31/12/2009, o Superávit Técnico Acumulado teria sido, em 31/12/2009, de R\$ 16.732.483,24.

2) Portanto, conforme já destacado no item 1, para o exercício de 2010 (a vigorar a partir de março de 2010), os percentuais contributivos relativos às contribuições normais e suplementar estão sendo aumentados de 66,67% em relação aos percentuais vigentes em 31/12/2009 (e que continuarão vigentes até o mês de fevereiro de 2010). Dessa forma, o Plano de Custeio a vigorar a partir de março de 2010, neste Plano de Previdência Complementar, é o seguinte:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:

- a% = 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição de Previdência Social (em janeiro e fevereiro de 2010 “a%” permanecerá igual a “0,9%”);
- b% = 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição entre a metade do teto máximo e o próprio teto máximo do Salário de Contribuição à Previdência Social (em janeiro e fevereiro de 2010, “b%” permanecerá igual a “1,50%”); e
- c% = 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição entre o teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social e 3 (três) vezes esse teto máximo (em janeiro e fevereiro de 2010, “c%” permanecerá igual a “2,70%”).

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

- A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

iii) Contribuição Suplementar da Patrocinadora:

- 0,825% incidente sobre a folha total dos participantes ativos deste Plano de Benefícios Definidos (BDI) e do Plano Misto de Benefícios da FASCEMAR em razão da migração de participantes do Plano BDI para esse Plano Misto, sendo a vigência

deixa contribuição suplementar patronal de 72 (setenta e dois) meses a contar (inclusive) de janeiro de 2010 (em janeiro e fevereiro de 2010, esse percentual permanecerá nos 0,495% vigentes em 31/12/2009).

3) O custeio das despesas administrativas deste Plano (BDI) será coberto por contribuição equivalente a 15% do total das contribuições normais, sendo as despesas administrativas correlacionadas com a área de aplicação financeira, serão suportadas pelas rentabilidades auferidas, já que se trata de gastos de natureza financeira, atendidas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido (Reserva Técnica) apresentaram em 31/12/2009, a seguinte abertura

Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 93.057.862,25
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 2.438.594,14
Provisão Matemática a Constituir	R\$ (1.724.172,39) (*1)
Passivo Atuarial (Provisão Matemática)	R\$ 93.772.284,00
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 18.151.910,54
Ativo Líquido do Plano	R\$ 11.924.194,54

(*1) O saldo a Amortizar averbado pela FASCEMAR, cuja amortização será ao longo de 72 (setenta e dois) meses a contar inclusive de janeiro 2010 através da taxa de contribuição patronal suplementar de 0,495% até fevereiro de 2010 e de 0,825% a partir de março de 2010, incidentes sobre a folha total de participantes ativos do Plano de Benefícios Definidos (BDI) e do Plano Misto de Benefícios da FASCEMAR, em razão da migração de participantes do Plano BDI para o Plano Misto.

5) A rentabilidade normal líquida, obtida pela aplicação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido da FASCEMAR ao longo de 2009 foi 6,45% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade normal líquida de 10,45% o que, em termos reais representou obter mais 2,16%, contra uma expectativa atuarial de mais 6% ao ano adotando-se o método de Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas previdenciárias o INPC do IBGE, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, com indexador do Plano na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, merecendo destaque influenciou significativamente, para esse desempenho das aplicações financeiras, a decisão de, pelo princípio de prudência, a FASCEMAR ter realizado ao longo de 2009 o Provisionamento de R\$ 3.314.398,02 em Ação relativa ao Imposto de Renda da Receita Federal. Caso esse provisionamento não tivesse sido feito, a rentabilidade nominal líquida obtida pela aplicação do ativo Líquido deste Plano ao longo de 2009 teria sido da ordem de 9,50% e não de 6,45%.

6) Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com a avaliação atuarial anterior, sendo submetidos à FASCEMAR para os ajustes necessários e posterior validação, e, assim, somente após tal validação foram utilizados na presente reavaliação atuarial.

7) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 18.151.910,54, igualmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial no que se refere ao nível de sobrevivência e ao retorno do investimento.

8) Para fins de abertura dentro do Plano de Contas a vigorar a partir de 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação:

(A) 2.3.1.01.00.00 Benefícios Concedidos		R\$ 93.057.862,25	R\$ 93.057.862,25
(A.1) 2.3.1.01.02.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização		R\$ 93.057.862,25	
(A.1.1) 2.3.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos		R\$ 75.313.489,94 (*1)	
(A.1.2) 2.3.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos		R\$ 17.744.372,31	
(B) 2.3.1.02.00.00 Benefícios a Conceder		R\$ 2.438.594,14	
(B.1) 2.3.1.02.01.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização Programado		R\$ 2.224.946,51	
(B.1.1) 2.3.1.02.01.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados		R\$ 2.548.906,56	
(B.1.2) 2.3.1.02.01.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores		R\$ (482.158,43)	
(B.1.3) 2.3.1.02.01.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		R\$ (482.158,42)	
(B.2) 2.3.1.02.02.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização Não Programado		R\$ 213.647,63	
(B.2.1) 2.3.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados		R\$ 240.202,29	
(B.2.2) 2.3.1.02.02.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores		R\$ (12.665,73)	
(B.2.3) 2.3.1.02.02.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		R\$ (12.665,73)	
(B.3) 2.3.1.02.03.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Repetição de Capital de Cobertura		R\$ 0,00	
(B.4) 2.3.1.02.04.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Repetição Simples		R\$ 0,00	
(C) 2.3.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir		R\$ (1.724.172,39)	
(C.1) 2.3.1.03.01.00 Serviço Previdenciário		R\$ (1.724.172,39)	
(C.2) 2.3.1.03.02.00 Participantes		R\$ 0,00	
(D) = (A)-(B)+(C) 2.3.1.00.00.00 Provisões Matemáticas		R\$ 91.772.284,00	
(E) = (D)-(B) 2.3.1.01.00 Superávit Técnico Acumulado		R\$ 18.151.910,54	
(F) 2.3.1.02.01.01 Reserva de Contingência		R\$ 0,00	
(F.1) 2.3.1.02.01.01.01 Reserva de Contingência para Reserva de Plano		R\$ 0,00	
(F.2) 2.3.1.02.01.01.02 Reserva de Contingência para Reserva de Plano		R\$ 18.151.910,54	

10.9 PARECER DA ATUARIAL – PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

1) O Plano Misto de Benefícios FASCEMAR foi implantado em 17/11/2005, tendo característica de Contribuição Definida Pura, exceto no caso dos benefícios de risco (complementação antecipada do saldo da conta de aposentadoria programada em caso de invalidez e de morte em atividade).

2) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido Previdenciário deste Plano Misto de Contribuição Definida apresentavam em 31/12/2009 a seguinte abertura:

Provisão Matemática Benefícios Concedidos	R\$ 8.173.602,51 (*1)
Provisão Matemática Benefícios a Conceder	R\$ 21.577.845,73 (*2)
Provisão Matemática (Passivo Atuarial)	R\$ 29.751.448,24
Resultado Técnico Acumulado	R\$ (*3)
Ativo Líquido do Plano	R\$ 29.751.448,24 (*4)

(*1) Corresponde ao saldo das contas individuais dos assistidos.

(*2) Sendo que R\$ 20.752.102,18 corresponde ao saldo, informado pela área contábil da FASCEMAR, das contas individuais dos participantes não assistidos (sendo R\$ 11.462.067,28 relativos à Subconta Participantes e sendo R\$ 9.290.034,90 relativos à Subconta Patrocinador) e R\$ 825.743,55 corresponde à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder constituída com o saldo, devidamente rentabilizado, observado entre a receita de contribuição para custeio do benefício de risco e o valor dos benefícios de risco e o valor dos benefícios de pecúlio por entrada em invalidez e por morte em atividade.

(*3) Pela característica deste Plano, não se registra Déficit ou Superávit Acumulado.

(*4) O valor do Ativo Líquido do Plano, aqui apresentado, já está deduzido o Fundo Previdenciário de R\$ 284.380,77 relativo às contribuições patronais de ex-participantes, não passíveis de serem por eles resgatadas, do Fundo Administrativo de R\$ 142.624,74 (sendo que tais valores foram informados pela área contábil da FASCEMAR).

3) O Plano de custeio vigente para dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios I da FASCEMAR, aqui avaliado, é o seguinte:

- Para cobertura de Benefícios Programados:
 - 100% da Contribuição Normal dos Participantes não assistidos; e
 - 55% da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador.
- Para cobertura dos Benefícios de Risco:
 - 15% da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador.
- Para Contribuição Administrativa:
 - 30% da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador;
 - 1% das Contribuições Extraordinárias dos Participantes, exceto no aporte de tempos passados efetuados, de forma extraordinária, pela Patrocinadora e Participantes para os admitidos entre 01/05/2004 a 30/04/2006, que terá 30% da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador, à título de Contribuição Administrativa, conforme nos foi informado pela FASCEMAR no e-mail datado de 18/01/2007.
 - 100% da Contribuição Normal do Participante Assistido para custear as despesas administrativas (Artigo 56, Inciso II, do Regulamento do Plano).

4) Para fins de abertura dentro do Plano de Contas a vigorar a partir de 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação:

(A) 2.3.1.01.00.00 Benefícios Concedidos		R\$ 93.057.862,25	R\$ 93.057.862,25
(A.1) 2.3.1.01.02.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização		R\$ 93.057.862,25	
(A.1.1) 2.3.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos		R\$ 75.313.489,94 (*1)	
(A.1.2) 2.3.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos		R\$ 17.744.372,31	
(B) 2.3.1.02.00.00 Benefícios a Conceder		R\$ 2.438.594,14	
(B.1) 2.3.1.02.01.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização Programado		R\$ 2.224.946,51	
(B.1.1) 2.3.1.02.01.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados		R\$ 2.548.906,56	
(B.1.2) 2.3.1.02.01.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores		R\$ (482.158,43)	
(B.1.3) 2.3.1.02.01.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		R\$ (482.158,42)	
(B.2) 2.3.1.02.02.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Capitalização Não Programado		R\$ 213.647,63	
(B.2.1) 2.3.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados		R\$ 240.202,29	
(B.2.2) 2.3.1.02.02.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores		R\$ (12.665,73)	
(B.2.3) 2.3.1.02.02.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		R\$ (12.665,73)	
(B.3) 2.3.1.02.03.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Repetição de Capital de Cobertura		R\$ 0,00	
(B.4) 2.3.1.02.04.00 Benefícios Definidos Entendidos em Regime de Repetição Simples		R\$ 0,00	
(C) 2.3.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir		R\$ (1.724.172,39)	
(C.1) 2.3.1.03.01.00 Serviço Previdenciário		R\$ (1.724.172,39)	
(C.2) 2.3.1.03.02.00 Participantes		R\$ 0,00	
(D) = (A)-(B)+(C) 2.3.1.00.00.00 Provisões Matemáticas		R\$ 91.772.284,00	
(E) = (D)-(B) 2.3.1.01.00 Superávit Técnico Acumulado		R\$ 18.151.910,54	
(F) 2.3.1.02.01.01 Reserva de Contingência		R\$ 0,00	
(F.1) 2.3.1.02.01.01.01 Reserva de Contingência para Reserva de Plano		R\$ 0,00	
(F.2) 2.3.1.02.01.01.02 Reserva de Contingência para Reserva de Plano		R\$ 18.151.910,54	

(*1) Neste Plano Misto de Cobertura do Plano já estão deduzidos o valor do Fundo Previdenciário de R\$ 284.380,77 relativo às contribuições patronais de ex-participantes não passíveis de serem por eles resgatadas e o valor do Fundo Administrativo de R\$ 142.624,74, sendo que tais valores não foram informados pela área contábil da FASCEMAR.

10.10 PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, abaixo assinados, em cumprimento ao estabelecido no Artigo 35 do Estatuto que rege as atividades da referida Fundação, tendo procedido ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício de 2009 e já analisado anteriormente pelo Consultor JOSE ROBERTO MONTELLO, pelos Auditores Externos KPMG – Auditores Independentes não encontraram qualquer irregularidade, emitindo assim Parecer favorável, quanto ao analisado. Recomendando, portanto, sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Rita de Cássia de Carvalho Costa
 Jorge Henrique de Sousa Plácido
 Valdeci Gomes Silva

10.11 PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, abaixo assinados, em cumprimento ao estabelecido no Artigo 20 do Estatuto que rege as atividades da referida Fundação, tendo procedido ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro referente ao exercício de 2009, já analisados anteriormente pelo Consultor JOSE ROBERTO MONTELLO, pelos Auditores Externos KPMG – Auditores Independentes e considerando o Parecer do Conselho Fiscal da FASCEMAR, decidiram por unanimidade pela aprovação das referidas demonstrações.

José Silva Sobral Neto Uilma Maria Pinto Rego
 Diana das Graças Cavalcante Silva Jose Tavares Bezerra Júnior
 Fernando José Moreira Mendonça Carlos Alberto Carramilho dos Santos

FASCEMAR

Fundação de Previdência Complementar
 Alameda A, Quadra SOS, s/n, anexo A Loteamento Quitandinha
 Altos do Calhau - São Luís - MA - CEP: 65071-680
 Fone: (98) 2106-5668 / Fax: (98) 2106-5660
 E-mail: fasceamar@fasceamar.org.br
 Site: www.fasceamar.org.br

Entidade Associada à ABRAPP, SINDAPP e ICSS.
 Patrocinadoras: Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
 FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Raimundo Frederico Menezes Barros
 Dir. Adm-Financeira: Maria Teresa de Lima Martins
 Dir. Benefícios: Roberto Sarmento Travincas

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos: **Presidente:** José Silva Sobral Neto
Membros: Carmelita de Moraes Rego Lima, Carlos Alberto Carramilho dos Santos, Fernando José Moreira Mendonça, José Tavares Bezerra Júnior e Uilma Maria Pinto Rego.
Suplentes: Agenilson Chaves de Melo, Alinez Martins Costa dos Reis, Diana das Graças Cavalcante Silva, Eudo Monteiro Resplandes, Marlus Gustavo Monteiro Souza e Nobuiki Nakashima

CONSELHO FISCAL

Efetivos: **Presidente:** Rita de Cássia de Carvalho Costa
Membros: Thais Batista Pereira e Ielma Santos Schreiber.
 Suplentes: Jorge Henrique de S. Plácido, Moisés Varão P. Filho e Valdeci Gomes Silva.

COMITÊ DE INVESTIMENTO

Maria Teresa de Lima Martins – Coordenadora
 Leonardo da Silva Lucas T. de Lima, Filipe Diniz Lima Sotero e Humberto Soares Filho